

INSTRUÇÕES DA PROVA OBJETIVA SELETIVA

25 DE ABRIL DE 2010

1. **Aguarde** a autorização para abertura do **CADERNO DE QUESTÕES**.
2. Junto com o **CADERNO DE QUESTÕES**, você está recebendo a **FOLHA DE RESPOSTAS**. São documentos **independentes**.
3. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, você vai anotar as suas respostas. **Sem rasuras**. Com caneta azul ou preta. **Não use** a letra "X" para marcação das respostas. Preencha o campo das respostas, na **FOLHA DE RESPOSTAS**, **sem** ultrapassar o campo retangular próprio. Você é responsável pela fidelidade das respostas e pelo cuidado no preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**. A correção da prova objetiva seletiva é operada por sistema eletrônico de leitura, similar ao utilizado nos cartões de loteria.
4. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, a questão **sem** resposta escolhida ou com **mais de uma** assinalada será considerada como erro.
5. Na **FOLHA DE RESPOSTAS**, a aposição de **identificação** ou de qualquer sinal indicativo da autoria da prova importará a eliminação do candidato no concurso.
6. Ao término de sua prova, assine no rodapé da **FOLHA DE RESPOSTAS** na parte indicada. Destaque uma da outra, para a entrega separada de ambas para o Fiscal.
7. Não tem validade a resposta anotada no **CADERNO DE QUESTÕES**.
8. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da folha de respostas, conforme as especificações nela constantes, **não sendo permitida a sua substituição** em caso de marcação incorreta (Art. 38 da Resolução nº 83, de 09 de outubro de 2009).
9. O **CADERNO DE QUESTÕES** poderá ser levado pelo candidato **após** o encerramento do prazo de **5 (cinco) horas**.
10. **Não** será permitida qualquer espécie de **consulta**. A transgressão importará a eliminação do candidato no concurso, com a apreensão da prova.
11. A **improbidade**, a **indisciplina** ou a **falta de decoro** do candidato implicará a apreensão da prova e, a critério da Comissão Examinadora, a eliminação do candidato no concurso.
12. Durante a realização da prova, **não será permitido** que o candidato sob pena de eliminação utilize telefone celular, "pager" ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive "palms" ou similares, e máquina datilográfica dotada de memória.
13. Após a entrega da **FOLHA DE RESPOSTAS** ao Fiscal, o candidato **não** poderá permanecer na sala ou no estabelecimento utilizado como sede do exame.
14. O gabarito estará disponível no site www.trf3.gov.br, assim como outras informações relevantes do concurso.

ROTEIRO DAS QUESTÕES

BLOCO I

CONSTITUCIONAL – 01 a 08
PREVIDENCIÁRIO – 09 a 16
PENAL – 17 a 24
PROCESSUAL PENAL – 25 a 32
ECONÔMICO E DE PROTEÇÃO
AO CONSUMIDOR – 33 a 35

BLOCO II

FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO
– 36 a 45
CIVIL – 46 a 54
PROCESSUAL CIVIL – 55 a
63
EMPRESARIAL – 64 a 70

BLOCO III

ADMINISTRATIVO – 71 a
85
AMBIENTAL – 86 a 91
INTERNACIONAL PÚBLICO
E PRIVADO – 92 a 100

Bloco I

Direito Constitucional - Direito Previdenciário - Direito Penal - Direito Processual Penal
Direito Econômico e de Proteção ao Consumidor

01. A codificação de normas sanitárias e de saúde pode ser instituída no âmbito federal, estadual e municipal, em decorrência lógica da competência concorrente preconizada no art. 24, XII, da CF?

- a) Sim, mas o ente federativo poderá atuar nessas áreas, com base na aplicabilidade de leis editadas por outro ente de outra esfera superior, ainda que corporifiquem normas esparsas, ou seja, ainda que não se encontrem no formato de código posto;
- b) Sim, mas deverá editar o seu próprio código para poder atuar;
- c) Não diretamente, pois a edição de seu código dependerá de autorização do ente federativo de ordem superior;
- d) Não, porque os códigos só podem ser editados na esfera federal (União), tais como: código civil, código de processo civil, código penal, código de processo penal etc.

02. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão, que tem por objeto a assim chamada inconstitucionalidade negativa, resultante da inércia ou do silêncio de qualquer órgão de poder, o qual deixa de praticar em certo tempo o ato legislativo exigido pela constituição, tem entre seus legitimados:

- a) Todos aqueles constantes do rol previsto no "caput" do art. 103, da CF;
- b) O Procurador-Geral da República, se a omissão ocorrer na esfera federal;
- c) O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no congresso nacional ou confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- d) Todos aqueles constantes do rol previsto no "caput" do art. 103, da CF, menos aquela pessoa ou órgão responsável direto pela omissão legislativa.

03. Assinale a alternativa incorreta:

Portaria ministerial do Ministério da Justiça expedida com base no art. 74, do estatuto da criança e do adolescente – lei federal 8.069/90, para exercer a classificação na área das diversões públicas e de programas de rádio e televisão, de acordo com os arts. 21, XVI, e 220, § 3º, I, da Constituição Federal, aqui considerada a sua edição como um ato de extravasamento administrativo aos comandos da lei, revela que:

- a) Deve ser integralmente cumprida, pois além de ser um ato administrativo, tem conteúdo normativo e, como tal, pode inovar a ordem jurídica;
- b) Pode ser caracterizada como ato regulamentar desprovido de autonomia normativa;
- c) Constitui ato regulamentar, que ultrapassa o conteúdo da lei, e pratica ilegalidade, sendo submetida ao contencioso de direito comum;
- d) No que extravasar os limites da lei, ela é diretamente inconstitucional, e já não está no terreno regulamentar, pois invade o campo legislativo, possibilitando sua correção no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade.

04. Afirmações feitas por congressista nacional contra determinada pessoa, embora ditas no exercício do mandato parlamentar, foram consideradas ofensivas e, também, veiculadas pela imprensa. A Procuradoria Geral da República, por sua vez, concluiu, inclusive, que os fatos enquadraram-se objetivamente aos preceitos do crime de injúria. Pergunta-se:

- a) A conduta do congressista nacional pode resultar na perda do mandato parlamentar;
- b) O mandato parlamentar está protegido constitucionalmente pela exclusão de cometimento de crime por parte de deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos;
- c) Pode ensejar não só a perda do mandato parlamentar, mas também a necessidade de ressarcimento de eventual dano material ou moral decorrente da atuação do congressista nacional;
- d) Poderá resultar na perda do mandato parlamentar, após a necessária análise se está ou não configurado nexos causal entre as afirmações e o exercício do cargo.

05. No caso de intervenção federal em Estado-membro ou no Distrito Federal, decorrente de provimento pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador Geral da República, caberá ao chefe do poder executivo federal:

- a) Decretar a intervenção, que neste caso é ato vinculado, cabendo ao Presidente da República a mera formalização de uma decisão tomada por órgão judiciário, que independe, portanto, de nova apreciação quanto ao mérito;
- b) Mesmo considerando que no caso apontado, a competência para decretar a intervenção pertence constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal, deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, embora sejam órgãos ditos pela Constituição Federal como sendo de consulta do Presidente da República e, baseando-se em seus pareceres, editar ou não o ato interventivo;
- c) Após receber a comunicação do Supremo Tribunal Federal, determinar ao Senhor Ministro da Justiça, no prazo de 15 dias, a execução da medida interventiva;
- d) Ouvir previamente o Presidente do Congresso Nacional, para os fins de expedição do decreto de intervenção.

06. Guarda municipal em atuação de policiamento ostensivo prende determinada pessoa por considerar seu comportamento suspeito, conduzindo-a a uma delegacia de polícia. Pergunta-se:

- a) Esta ação encontra-se validada em face do contido na primeira parte do art. 144, da Constituição Federal, segundo a qual, a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;
- b) À guarda municipal conferiu a Constituição Federal as ações destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, na forma da respectiva lei municipal, ou seja, restringiu a sua atuação apenas à polícia administrativa;
- c) A atuação em policiamento ostensivo por intermédio da guarda municipal somente pode ser feita juntamente com a polícia civil ou polícia militar do estado;
- d) Esta ação pode ser considerada válida, desde que a guarda municipal tenha assinado convênio com a secretaria de segurança pública estadual.

07. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ingressou com ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, para questionar a constitucionalidade de determinada medida provisória, cujo conteúdo não guarda relação direta com os seus objetivos enquanto entidade de classe representativa da advocacia no país. Pergunta-se:

- a) A OAB tem legitimidade ativa para agir, pois está enquadrada entre as pessoas e órgãos, cuja atuação neste caso não depende de demonstração de qualquer interesse próprio, ou seja, não precisa preencher o requisito de pertinência temática entre o conteúdo da norma impugnada e o interesse da advocacia.
- b) A OAB terá legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade, caso revele pertinência temática com o conteúdo da norma objeto da arguição, ou seja, deverá demonstrar, enquanto entidade de classe de âmbito nacional, vínculo de necessidade ou de utilidade que se exige daquele que tem pertinência subjetiva, para que possa obter a sentença de mérito;
- c) A OAB não necessita demonstrar pertinência temática com o objeto da ação direta de inconstitucionalidade, mas deverá obter o consentimento de seus órgãos seccionais, para formalizar a propositura;
- d) Além de ter que demonstrar pertinência temática, isto é, repita-se, que o objeto da impugnação esteja ligado e conforme seus objetivos de entidade profissional, deverá contar, ainda, para alcançar tal legitimidade, com a aprovação dos seus conselhos regionais.

08. A Constituição Federal, art. 5º, LXX, "b", estabelece que o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por: "organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída" em defesa dos interesses de seus membros ou associados. No que respeita à "entidade de classe", pergunta-se:

- a) Em face do contido no texto constitucional, necessita ela de prévia autorização de seus membros para a propositura do mandado de segurança coletivo;
- b) A "entidade de classe" não necessita de prévia autorização de seus membros para o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, mas precisa comprovar a exigência constitucional de um ano de constituição e funcionamento;
- c) A impetração do mandado de segurança coletivo por parte de "entidade de classe" objetiva a defesa de direitos relacionados com as atividades identificadoras da categoria, mas não que sejam peculiares a essa categoria. A "entidade de classe", assim como, os partidos políticos, necessita antes de tudo, apresentar representatividade de âmbito nacional;
- d) Prescinde de autorização de seus filiados, e em relação a ela é desnecessária a prova de que foi constituída e está em funcionamento há pelo menos um ano, além de não necessitar de representatividade em âmbito nacional.

09. Assinale a alternativa correta:

- a) A aposentadoria por idade será devida ao segurado que completar 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 60 (sessenta) anos se mulher, independentemente de cumprimento de período de carência.
- b) A aposentadoria por idade, cumprida a carência exigida na Lei 8.213/91, será devida ao segurado que completar 63 (sessenta e três) anos, se homem, e 57 (cinquenta e sete) anos, se mulher.
- c) A aposentadoria por idade, cumprida a carência exigida na Lei 8.213/91, será devida ao segurado que completar 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher.

- d) A concessão do benefício de aposentadoria por idade não depende de período de carência.

10. O professor e a professora poderão se aposentar por tempo de serviço:

- a) Após 30 (trinta) anos o professor e após 25 (vinte e cinco) anos a professora, de efetivo exercício em funções de magistério, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício;
- b) Após 30 (trinta) anos o professor e após 25 (vinte e cinco) anos a professora, de efetivo exercício em funções de magistério, com renda mensal correspondente a 80% (oitenta por cento) do salário-de-benefício;
- c) Após 30 (trinta) anos o professor e a professora, de efetivo exercício em funções de magistério, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício;
- d) Após 25 (vinte e cinco) anos o professor e 20 (vinte) anos a professora, de efetivo exercício de magistério, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.

11. Segundo o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, a assistência social será prestada:

- a) A quem dela necessitar, conforme dispuser a lei, porém dependente de contribuição à seguridade social;
- b) A quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por exclusivo objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, e à adolescência;
- c) A quem dela necessitar, atendida a qualidade de segurado da previdência social e as condições previstas em lei;
- d) A quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem entre seus objetivos a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

12. Assinale a alternativa correta:

- a) O abono anual é devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebe o benefício da assistência social constitucional;
- b) O abono anual é devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que recebeu o benefício de auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão;
- c) O abono anual será calculado pela média dos valores do benefício recebido pelo segurado durante o ano;
- d) O abono anual não se confunde e não tem qualquer relação com a gratificação de natal dos trabalhadores.

13. Assinale a alternativa correta:

- a) O benefício de aposentadoria por invalidez corresponde a 85% (oitenta e cinco por cento) do salário-de-benefício;
- b) O benefício de aposentadoria por invalidez pode ser concedido ao segurado insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo-lhe pago por tempo indeterminado;

- c) Em nenhuma hipótese, o benefício de aposentadoria por invalidez será pago ao segurado portador de doença ou lesão de que já era portador ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social;
- d) O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

14. Admitem-se o recebimento conjunto de benefícios previdenciários nos seguintes casos:

- a) Aposentadoria e auxílio doença;
- b) Mais de uma aposentadoria;
- c) Aposentadoria e abono de permanência em serviço;
- d) Desde que o segurado tenha direito adquirido à percepção cumulativa de benefícios, poderá recebê-los.

15. Assinale a alternativa correta:

- a) O prazo de decadência para que o segurado ou beneficiário exerça o direito de revisão do ato de concessão de benefício será contado do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, ou, quando for o caso, do dia que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo;
- b) Os prazos de decadência e prescrição serão de 05 (cinco) anos para a revisão de todo e qualquer direito previdenciário;
- c) O prazo de prescrição de toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social será de 10 (dez) anos, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil;
- d) O direito de revisão e o de haver prestações vencidas ou restituições, ainda que dentro dos respectivos prazos, somente poderá ser exercido judicialmente após o indeferimento na via administrativa.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, e será de 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data do seu falecimento;
- b) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: I – do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; II – do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; III – da decisão judicial, no caso de morte presumida;
- c) A pensão por morte poderá ser protelada por falta de habilitação de outro possível dependente;
- d) O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia alimentos terá preferência em relação aos demais dependentes.

17. Assinale a assertiva correta:

- a) Na individualização da pena o juiz levará em conta as circunstâncias judiciais, em seguida as circunstâncias atenuantes e agravantes, cujo resultado poderá

ser compensado com as causas de aumento ou diminuição, quando estas últimas forem cabíveis;

- b) Considerando que o réu tem vários inquéritos anteriores e sentença condenatória transitada em julgado, o aumento da pena base e na sequência a aplicação da circunstância agravante não configura "bis in idem";
- c) O crime de colocar em circulação moeda falsa é instantâneo;
- d) O tempo relativo à sentença penal cumprida no estrangeiro é computado para efeito de cálculo da prescrição referente a crime cometido no Brasil.

18. Consoante entendimento majoritário dos Tribunais Superiores pode-se afirmar que:

- a) O saque fraudulento em conta bancária via internet configura o crime de estelionato;
- b) Não se admite a combinação de leis, na aplicação da pena, todavia caberá ao magistrado quando a situação o permitir, aplicar a lei retroativa mais benéfica;
- c) O crime de sonegação de contribuição tributária, previsto no art. 337-A do Código Penal, só se configura após o esgotamento da via administrativa;
- d) No crime previsto no art. 157, §2º, do Código Penal, aplica-se a causa de aumento somente na hipótese em que ocorrer a apreensão da arma de fogo com a prova da potencialidade lesiva.

19. Assinale a afirmação correta:

- a) Considerando-se agente que na data do fato não tinha ainda setenta anos, atingidos quando já cumpria pena por condenação, deve o juiz da execução providenciar a imediata progressão do regime;
- b) A reincidência se configura com o trânsito em julgado da sentença condenatória, mas o lapso prescricional se interrompe na data do cometimento do delito;
- c) O juiz, ao observar que todos os elementos constantes dos autos o levarão à aplicação de pena, que pelo decurso do prazo, já foi atingida pela prescrição, deverá em obediência ao princípio da celeridade reconhecer a prescrição virtual;
- d) O preso provisório dependendo do tempo do recolhimento cautelar tem direito à progressão de regime prisional.

20. Marque a alternativa correta:

- a) O crime previsto no art. 17 da Lei 7.492/86 é de mera conduta, sendo irrelevante a destinação dos recursos, na medida em que a norma visa a proteção do Sistema Financeiro Nacional;
- b) Nos crimes contra a ordem tributária somente os sócios administradores devem figurar como acusados, ficando afastada de plano qualquer responsabilidade de eventuais colaboradores tais como contadores ou empregados;
- c) No crime de quadrilha (art. 288 CP) em que se constituem empresas fantasmas com o objetivo de sonegação fiscal, o lançamento do tributo sonegado é essencial ao oferecimento da denúncia;
- d) A jurisprudência tem reconhecido no crime de sonegação fiscal a forma culposa.

21. De acordo com a jurisprudência majoritária assinale a assertiva incorreta:

- a) O crime previsto no art. 338 do Código Penal que trata do reingresso de estrangeiro expulso exclui a hipótese daquele que teve decretada a expulsão, ainda não cumprida e daquele que comprova ter família constituída no Brasil;
- b) O crime de falso testemunho se configura independentemente do resultado final da demanda onde foi prestado o depoimento;
- c) Nos crimes ambientais a assinatura do termo de ajuste de conduta não obsta a instauração de ação penal, por se tratar de esferas de atuação diversa;
- d) Nos crimes previstos nos arts. 313-A e 313-B que tratam da inserção, modificação e alteração de dados no sistema de informações não se admite a forma culposa, todavia a intenção de obter vantagem indevida para si ou para outrem integra o tipo.

22. Assinale a assertiva correta no que se refere à pena decorrente de condenação em ação penal:

- a) No crime de tráfico internacional de entorpecentes se quando do flagrante o agente confessar estar portando droga, faz jus à aplicação da atenuante da confissão prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal;
- b) Na hipótese de concurso de crimes, em que a condenação inclui além da pena privativa de liberdade a pena de multa, deverá o juiz aplicar somente a pena de multa de maior valor;
- c) A pena privativa de liberdade poderá ser substituída por restritiva de direitos sempre que fixada em menos de quatro anos, tanto para os crimes culposos como para os dolosos;
- d) A prestação pecuniária nos crimes contra a administração pública federal deverá sempre ser destinada à União Federal.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) Para se configurar o crime previsto no art. 58, III da Lei 6001/73, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, a ação delituosa deverá ser praticada dentro da reserva indígena;
- b) Nos crimes praticados contra os índios a pena será sempre agravada de 1/3;
- c) Aplica-se aos delitos praticados por índios as regras estabelecidas no Código Penal no que concerne ao regime de cumprimento da pena;
- d) Na hipótese de crime cometido por índio poderá o juiz atenuar a pena considerando o grau de integração.

24. Com relação aos crimes de licitação é correto afirmar que:

- a) Nas penas do art. 89 da Lei 8.666/1993 incorre também o particular que colabora para a prática do delito e dele se beneficia;
- b) O crime previsto no art. 92, na parte em que cuida do pagamento, poderá ser atribuído tanto ao particular como ao funcionário público, por não se tratar de delito próprio;
- c) Na hipótese de decisão favorável do TCU ação penal por crime de fraude a licitação deve ser sustada;
- d) Considerando que os delitos de licitação são apenados com detenção não cabe a interceptação telefônica, mesmo nas hipóteses de estar configurado o crime de quadrilha.

25. Com a edição da Lei 11.313, de 28 de junho de 2006, a qual alterou em parte a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, a transação penal:

- a) Aplica-se somente aos crimes apenados com a detenção;
- b) Aplica-se a súmula 243 do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Aplica-se somente aos processos da competência dos Juizados Especiais;
- d) Poderá ser deferida nas hipóteses de conexão ou continência.

26. O Tribunal na revisão criminal poderá:

- a) Julgar extinta a ação por prejuízo superveniente em razão de falecimento do requerente;
- b) Reduzir a pena de ofício com base em legislação mais benéfica, que não estava em vigor na data da sentença transitada em julgado;
- c) Dar nova classificação ao delito, reexaminar a prova e fixar pena diversa da aplicada no juízo monocrático, que não obstante igual na sua totalidade é maior na terceira fase, em razão de aplicação de causa de aumento;
- d) Verificados os pressupostos do artigo 621 do Código de Processo Penal reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público.

27. É correto afirmar que com relação ao crime de apropriação indébita, de natureza tributária, previsto no art. 168-A do Código Penal:

- a) A jurisprudência dominante reconhece a possibilidade de aplicação da Lei 10.522/2002, desde que não caracterizada a reiteração da conduta;
- b) Para efeito de reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado computa-se no cálculo o montante fixado pela continuidade delitiva;
- c) Se o pagamento do débito ocorrer após o recebimento da denúncia o feito deve ser processado regularmente até a prolação da sentença;
- d) A inexigibilidade de conduta decorrente de dificuldades financeiras isenta o empresário do repasse ao INSS do valor retido do empregado.

28. Considerando crime de tráfico internacional de entorpecentes, ocorrido na vigência da Lei 6.368/76, denúncia apresentada com fundamento na lei em vigor na data do fato e sentença proferida na vigência da Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, assinalar a alternativa correta:

- a) A pena deverá ser calculada nos termos estabelecidos na lei de vigência na data do fato;
- b) Aplicam-se necessariamente as causas de diminuição previstas no art. 33, § 4º, da lei nova;
- c) Para o aumento da pena pela internacionalidade poderá ser observada a regra contida no art. 40 da Lei 11.343/2006, em detrimento daquela estabelecida no art. 18, I, da Lei 6.368/76;
- d) O juiz na fixação da pena base deverá observar tão somente o estabelecido no art. 59 do Código Penal atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e às consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.

29. Assinale a alternativa correta relativa à competência:

- a) O Juízo da Vara de Execuções Criminais do Estado não tem competência para decidir incidentes da execução relativos a réus presos, condenados pela Justiça Federal;

- b) Aos juízes federais, exclusivamente, compete julgar os crimes praticados contra o meio ambiente previstos nos arts. 34 e 35 da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- c) Os feitos que envolvem os crimes de "lavagem", previstos na Lei 9.613, de 03 de março de 1998, devem necessariamente ser processados no Juízo em que tramitou o feito relativo aos delitos antecedentes;
- d) Absolvido o réu em feito que se processou na Justiça Federal configura-se a prevenção do magistrado para julgar os crimes conexos, em obediência ao princípio da *perpetuatio jurisdictionis*;

30. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia, conceder ou negar a ordem de *habeas corpus*, denegar a apelação ou a julgar deserta, conceder, negar ou revogar livramento condicional;
- b) Do acórdão do Tribunal que por maioria de votos denegar a ordem de *habeas corpus* poderá o impetrante opor embargos infringentes;
- c) Na hipótese de o juiz atribuir definição diversa ao crime descrito na denúncia e, estar configurado caso de suspensão condicional do processo, deverá abrir vista ao Ministério Público, para a apresentação da proposta;
- d) O interrogatório por meio de vídeo conferência, de acordo com a legislação em vigor, é medida excepcional que deverá ser fundamentada pelo órgão judicial que a autorizar.

31. De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de tráfico internacional de entorpecentes o juiz na sentença deverá fixar o regime de cumprimento da pena no fechado;
- b) As penas aplicadas na sentença condenatória por tráfico internacional de entorpecentes, com base na Lei 11.343/2006, poderão ser substituídas por restritivas de direitos, consoante dispõe o art. 44 do Código Penal;
- c) Oferecida a denúncia, se acolhida, deverá o acusado ser citado para apresentar sua resposta no prazo legal, podendo o magistrado, se assim entender, observados os requisitos legais, proferir desde logo sentença absolutória;
- d) O direito à resposta prévia estatuído no art. 514 do Código de Processo Penal se estende a todos os réus, desde que um deles seja funcionário público.

32. Assinale a assertiva correta:

- a) Cabe mandado de segurança da decisão que resolve incidente de restituição de mercadorias apreendidas em ação penal;
- b) A autoridade coatora no mandado de segurança impetrado contra ato jurisdicional é definida pela natureza e objeto da ação principal;
- c) A pessoa jurídica poderá se socorrer do mandado de segurança para atacar decisão judicial proferida em ação penal;
- d) Dos atos praticados por juiz de vara criminal, para os quais não há previsão de recurso, caberá sempre o mandado de segurança, para devolver a questão ao Tribunal "ad quem".

33. Sobre a inversão do ônus da prova no âmbito do Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar que:

- a) É obrigatória para o Juiz quando presentes a verossimilhança e a hipossuficiência;
- b) Não pode ser deferida em favor do Ministério Público, por não ser considerado hipossuficiente;
- c) Abrange as despesas com honorários periciais da parte favorecida pela inversão;
- d) Ocorre *ope legis* na hipótese do art. 38 do Código de Defesa do Consumidor.

34. A multa prevista no art. 52 do CDC, no percentual de 2%, aplica-se:

- a) A todo e qualquer contrato regado pelo CDC;
- b) Também aos contratos de locação;
- c) Ao não pagamento das cotas de condomínio;
- d) Quando houver concessão de crédito ou outorga de financiamento ao consumidor.

35. A desconsideração da personalidade jurídica do responsável por infração da ordem econômica:

- a) Ocorre sempre nos termos do art. 18 da Lei 8.884/94;
- b) Implica em solidariedade entre a empresa cuja personalidade jurídica foi desconsiderada e os seus sócios ou acionistas;
- c) Pode ser decretada de ofício;
- d) Com o advento do Código Civil, sua hipótese de incidência passou a ser regada pelo art. 50 desse Código.

Bloco II

Direito Financeiro e Tributário - Direito Civil - Direito Processual Civil – Direito Empresarial

36. Relativamente ao imposto sobre a renda, assinale a alternativa incorreta:

- a) Obedecerá aos critérios da generalidade, universalidade e progressividade, na forma da lei;
- b) Terá como fato gerador a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendidos o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos e de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os demais acréscimos patrimoniais;
- c) Terá sua incidência vinculada à denominação da receita ou rendimento, à localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte;
- d) A lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará a disponibilidade da renda, quando proveniente do exterior, para fins de incidência deste imposto.

37. Assinale a alternativa incorreta com relação ao IPI:

- a) Este imposto será seletivo em função da essencialidade do produto;
- b) Não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior;
- c) Terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei;
- d) Terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal.

38. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A União poderá instituir empréstimo compulsório, mediante Lei Complementar para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;
- b) A cobrança de impostos deve sempre decorrer de uma situação que independa de qualquer atividade estatal específica;
- c) A contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas do qual decorra valorização imobiliária;
- d) É vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitindo-se distinções em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida.

39. De acordo com o art. 154, I, da Constituição Federal, poderá a União, por intermédio da chamada competência residual, instituir:

- a) Impostos e contribuições, mediante lei ordinária, que não estejam previstos em outros artigos da Constituição, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição;
- b) Impostos, mediante lei complementar, que não estejam previstos em outros artigos da Constituição, desde que sejam não-cumulativos e não tenham base de cálculo ou alíquota próprios dos discriminados na Constituição;
- c) Contribuições, mediante lei complementar, que não estejam previstos em outros artigos da Constituição, desde que sejam cumulativos e tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição;
- d) Impostos, mediante lei complementar, que não estejam previstos em outros artigos da Constituição, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.

40. São modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) Prescrição, decadência, transação, conversão do depósito em renda e consignação em pagamento;
- b) Pagamento, remissão, isenção, parcelamento e prescrição;
- c) Compensação, decadência, anistia, depósito do montante integral do débito e dação em pagamento;
- d) Parcelamento, remissão, prescrição, decadência e dação em pagamento.

41. Assinale a alternativa incorreta:

- a) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos;
- b) Cabe à lei complementar dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- c) A União poderá instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- d) O Distrito Federal poderá instituir contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

42. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O imposto sobre produtos industrializados terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei;

- b) As contribuições de intervenção no domínio econômico não poderão ter alíquota específica;
- c) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se, exclusivamente, à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
- d) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

43. Assinale a alternativa correta:

- a) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo;
- b) As contribuições de intervenção no domínio econômico incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;
- c) A União poderá efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) sobre pequenas glebas, ainda que o proprietário que as explore não possua outro imóvel rural;
- d) O IPI poderá incidir sobre produtos destinados ao exterior desde que não sejam caracterizados como essenciais.

44. Sobre os precatórios, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim;
- b) Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, sem qualquer exceção;
- c) Os débitos de natureza alimentícia, cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório;
- d) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

45. Relativamente à aplicação da lei a ato ou fato pretérito, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei será aplicada a ato ou fato pretérito em qualquer caso, desde que seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

- b) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando a lei deixar de defini-lo como infração;
- c) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando a lei deixar de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;
- d) Tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando a lei lhe cominar penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática (art. 106, II, c).

46. Aponte a alternativa correta:

A intelectualidade é um dos aspectos das potências do ser humano. Danos que atinjam essa esfera:

- a) Tem aspecto econômico, sempre;
- b) Ensejam indenização compensatória, apenas;
- c) Ensejam indenização compensatória e reparatória;
- d) Tem caráter personalíssimo e nunca podem ensejar pretensão indenizatória por parte de sucessores do ofendido.

47. Aponte a alternativa incorreta:

As pessoas jurídicas:

- a) São representadas por seus prepostos;
- b) São apresentadas por seus procuradores judiciais;
- c) Possuem órgãos de administração de suas atividades sociais;
- d) São apresentadas por seus órgãos de administração.

48. Aponte a alternativa que alude às hipóteses legais em que se pode fundamentar a seguinte assertiva técnico-doutrinária: "*A cláusula geral da função social do contrato é matéria de ordem pública e enseja atividade hermenêutico-integrativa do juiz*".

- a) Artigos 2.035, parágrafo único e 421 do Código Civil Brasileiro;
- b) Artigos 422 e 398 do Código Civil;
- c) Artigos 2º e 422 do Código Civil Brasileiro;
- d) Artigos 186 e 927, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

49. Aponte assertiva correta:

A mulcta poenitentialis:

- a) É pena pelo inadimplemento absoluto do contrato;
- b) É pena pela mora contratual;
- c) É cláusula liberatória pelo arrependimento do negócio;
- d) É cláusula punitiva pela desistência não autorizada do negócio.

50. Aponte a alternativa incorreta:

No contrato de empreitada:

- a) A obrigação de fornecer materiais pode resultar da vontade das partes;
- b) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho;

- c) O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela com o seu trabalho e com materiais;
- d) Sempre correm por conta do empreiteiro os riscos da obra, até o momento da entrega da obra.

51. Assinale a alternativa correta:

O mandato:

- a) É modalidade de contrato de prestação de serviço de Advocacia;
- b) O mandato para o foro em geral não se impõe seja dado ao Advogado;
- c) A nomeação de outro mandatário para o mesmo negócio, sem ressalva, constitui revogação tácita do mandato anterior;
- d) Ciente da morte do mandante, o mandatário deve fazer cessar todo e qualquer ato ou negócio decorrente da execução do mandato.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as obras feitas em uma coisa são benfeitorias;
- b) Não se incluem na classe de benfeitorias as acessões;
- c) O álveo abandonado não é forma de acessão;
- d) O aluvião e as plantações são formas de avulsão.

53. Aponte a assertiva incorreta:

A responsabilidade civil objetiva:

- a) Está prevista no sistema brasileiro do direito do consumidor, no Código Civil e na Constituição Federal;
- b) Embora conste de outros sistemas, no sistema de direito do consumidor está prevista com exclusividade;
- c) É presente no sistema de responsabilidade civil por dano ambiental;
- d) É o sistema da responsabilidade civil dos que exercem atividade de risco, conforme previsão específica do Código Civil Brasileiro.

54. Aponte a assertiva correta:

Posse pública:

- a) É qualidade da posse exercida pelas entidades de direito público;
- b) É qualidade da posse contínua;
- c) É qualidade da posse natural ou *nuda detentio*;
- d) É qualidade da posse *ad usucapionem*.

55. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São recursos que admitem a retenção: o extraordinário, o especial e o agravo de instrumento;
- b) A apelação e o agravo de instrumento são recursos que admitem o exercício do juízo de retratação;
- c) A apelação, os embargos de declaração e os embargos infringentes do julgado são recursos de devolutividade ampla;

- d) A remessa oficial ou necessária apresenta a natureza jurídica de condição de eficácia da decisão judicial condenatória, nos casos previstos em lei, não sendo, portanto, considerada recurso.

56. Em relação ao Mandado de Segurança, de natureza constitucional e disciplinado pela Lei 12.016/09, é incorreto afirmar:

- a) O conteúdo do pedido no mandado de segurança visa à prática, sustação ou abstenção de determinada medida administrativa, comportando as variações que, na sua multiplicidade, comporta a ação administrativa em prejuízo do indivíduo;
- b) A competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de juizado especial é da turma recursal;
- c) Compete ao Juiz Estadual processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato de diretor de faculdade de ensino privada;
- d) A competência para o julgamento do mandado de segurança é absoluta, por ser fixada *ratione personae*, sendo irrelevante para esse efeito, e ressalvadas as exceções previstas constitucionalmente, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido deduzido na demanda.

57. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Entre as finalidades da medida cautelar pode ser destacada sua função "litisreguladora", assim entendida como a obtenção do equilíbrio entre as partes litigantes;
- b) O art. 131 do CPC consagra o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional do Juiz, o qual se situa entre dois extremos: o da íntima convicção (que dispensa fundamentação) e o do critério legal (que adota critérios positivos de valoração, inclusive tarifando a prova);
- c) As expressões latinas "*ne procedat iudex ex officio*" e "*nemo iudex sino actore*" consagram o princípio dispositivo no processo civil e a inércia da jurisdição;
- d) Os litisconsortes nas ações contra a União Federal, possuindo domicílios diferentes, não podem optar pela propositura da ação no domicílio de qualquer deles, sendo de rigor a propositura da ação na capital do Estado ou no Distrito Federal.

58. Assinale a alternativa correta:

- a) Tratando-se de hipótese de litisconsórcio passivo necessário é indispensável a citação de ambos os cônjuges na ação de investigação de paternidade;
- b) O relator pode decidir monocraticamente a remessa de ofício, nos mesmos casos em que poderia decidir a apelação;
- c) O contrato bancário de crédito rotativo (cheque especial) constitui título executivo apenas quando assinado por duas testemunhas;
- d) Admite-se a oposição de embargos infringentes de decisão não unânime proferida pela turma recursal.

59. Em relação à ação rescisória, prevista no art. 485 do CPC, é correto afirmar:

- a) O STF não admite o julgamento monocrático de ação rescisória, ainda que já decidida a controvérsia jurídica por seu órgão plenário;
- b) A Súmula 343 do STF obsta a propositura de ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a decisão questionada se tiver baseado em

texto legal de interpretação controvertida nos tribunais, mesmo que se trate de matéria de natureza constitucional;

- c) A ação rescisória pode ter por objeto sentença de mérito ou decisão definitiva de mérito, desde que transitada em julgado, sendo irrelevante, para fins de admissibilidade da ação rescisória, que se tenha ou não esgotado todos os recursos contra a decisão rescindenda;
- d) É cabível ação rescisória objetivando a desconstituição de sentença de improcedência prolatada em ação popular, por deficiência de prova.

60. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O litisconsorte pode pedir o depoimento pessoal de outro litisconsorte que se encontre no mesmo pólo da relação processual;
- b) As hipóteses previstas no art. 109, § 2º, da Constituição Federal que fixam a competência para propositura de ação em face da União Federal são taxativas;
- c) A não fixação pelo juiz dos pontos controvertidos, a teor do art. 331, parágrafo 2º do CPC, pode comprometer o exercício do direito de prova das partes, sem embargo de ensejar a produção de provas desnecessárias;
- d) O juiz não pode julgar procedente o pedido com base em prova indiciária.

61. Em relação à ação direta de inconstitucionalidade prevista no art. 102, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal é incorreto asseverar:

- a) Apenas em caso de excepcional urgência admite-se a concessão de medida liminar e por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, ressalvada a hipótese de recesso;
- b) Não é admissível a intervenção de terceiros;
- c) Discutem-se, tão somente, questões de direito, na medida em que a ação objetiva o controle abstrato de norma, sendo defesa a análise de aspectos fáticos;
- d) Admite-se a intervenção de *amicus curiae*, sendo-lhe assegurada tanto a oportunidade de manifestação escrita, como de sustentação oral.

62. Assinale a alternativa correta:

- a) A ação de revisão de contrato de financiamento imobiliário celebrado no âmbito do SFH funda-se em direito pessoal, não se aplicando a norma do art. 95 do CPC;
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar conflito negativo de competência instaurado entre juiz federal com exercício nos Juizados Especiais Federais e juiz de Vara Federal;
- c) O juizado especial federal não é competente para conhecer de ação de revisão de financiamento imobiliário, firmado nos termos do SFH, ainda que o valor da causa não exceda o limite estabelecido no art. 3º da Lei 10.259/01;
- d) Compete ao juízo estadual, no exercício de competência federal delegada, processar e julgar as causas de revisão de financiamento imobiliário, nos contratos firmados sob a égide do SFH, com comprometimento do fundo de compensação de variações salariais, quando não existir Vara Federal na cidade.

63. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Aplica-se o disposto no art. 739-A, § 1º, do CPC, com as alterações promovidas pela Lei 11.382/06, aos processos regidos pela Lei 6.830/80;

- b) Admite-se a cumulação de pedidos, com a formulação de pretensão condenatória, nos embargos à execução fiscal;
- c) Admite-se execução fiscal proposta contra a fazenda pública, a qual, contudo, deve observar o disposto no art. 730 do CPC;
- d) A inexistência de bens suficientes para garantia da execução não autoriza o automático redirecionamento da execução em face dos sócios da pessoa jurídica.

64. Em uma sociedade anônima, por decisão assemblear majoritária, alterou-se seu estatuto social para impor a realização de arbitragem nos conflitos entre a sociedade e os acionistas. Nesse caso:

- a) Todos os acionistas ficam adstritos a se submeterem à arbitragem em tais conflitos;
- b) Apenas aqueles que votaram a favor da inserção da arbitragem ficam a ela vinculados;
- c) Os que votaram contra fazem jus a recesso;
- d) A decisão assemblear é inválida por impor aos minoritários a obrigatoriedade da arbitragem e, pois, a exclusão da tutela jurisdicional estatal.

65. No direito brasileiro, o contrato de distribuição, previsto nos arts. 710 e seguintes do Código Civil:

- a) É um contrato inominado legitimado apenas pela liberdade de contratar;
- b) É uma espécie de contrato de agência;
- c) Somente se aplica na forma da Lei 6.729/79 (Lei Ferrari);
- d) Quando firmado por prazo indeterminado, sua rescisão imotivada gera direito à indenização.

66. A compra e venda comercial celebrada "a no domino" é:

- a) nula;
- b) anulável;
- c) ineficaz;
- d) fato gerador da responsabilidade por evicção.

67. Nas sociedades simples:

- a) O sócio investido de poderes de administração pelo Estatuto Social pode deles ser destituído por decisão da maioria dos sócios;
- b) Na hipótese de outorga de poderes por instrumento diverso do Estatuto Social, estes poderes somente serão revogados por justa causa, apurada segundo deliberação da maioria absoluta dos sócios;
- c) Em qualquer hipótese, o sócio administrador pode ser destituído mediante decisão judicial, que reconheça a ocorrência de justa causa para esta destituição;
- d) O sócio investido de poderes de administração pelo Estatuto Social não pode ser deles destituído em qualquer hipótese.

68. Nas sociedades por quotas de responsabilidade limitada, o sócio:

- a) Que conferiu bens para a integralização do capital, não responde pela evicção;
- b) Em qualquer hipótese nunca responde perante terceiros pelos débitos da sociedade;

- c) É subsidiariamente responsável com a sociedade pelos débitos previdenciários desta;
- d) Quando diretor da sociedade, responde solidariamente pelas obrigações tributárias assumidas por esta;

69. Estabelecendo o contrato da sociedade por quotas de responsabilidade limitada *quorum* superior a 50% dos titulares das suas quotas, para a alteração do contrato social:

- a) Esse *quorum* há de ser respeitado em qualquer hipótese;
- b) Havendo conflito, a respeito dessa alteração, entre majoritários e minoritários, atua, na espécie, o princípio que tutela o direito da maioria;
- c) Apenas em casos excepcionais deve prevalecer nessa hipótese o princípio majoritário;
- d) Caberá às partes o pleito de uma solução judicial harmonizadora dos interesses conflitantes dos sócios.

70. Assinale a alternativa correta:

- a) Se a letra não for apresentada a aceite dentro do prazo estipulado, o portador perde os direitos cambiários;
- b) O aceite está sujeito ao princípio da literalidade, exceto no caso do art. 29 da Lei Uniforme de Genebra, que admite aceite fora da letra;
- c) Igual ao que o ocorre com a emissão da letra de câmbio, não é imprescindível que o endosso seja datado;
- d) No endosso, a indicação do endossatário é requisito essencial à validade do endosso.

Bloco III

Direito Administrativo - Direito Ambiental - Direito Internacional Público e Privado

71. Em relação à invalidade dos atos administrativos é incorreto afirmar que:

- a) Assim como no direito civil a nulidade parcial de um ato administrativo não o prejudicará na parte válida se esta for separável;
- b) A nulidade dos atos administrativos conexos, tal como a dos atos administrativos especiais referentes a vários sujeitos, rege-se pelo princípio de que o útil não se vicia pelo inútil (*utile per inutile non vitiatur*);
- c) Em procedimento administrativo, ou seja, numa série de atos conexos, invalidado um dos parciais, subsistem os que dele não sejam conseqüentes ou dependentes;
- d) Os atos jurídicos nulos e os anuláveis produzem efeitos distintos em relação a terceiros de boa-fé.

72. O art. 21, incisos XI e XII da CF, atribui à União Federal competência para outorgar concessão, permissão ou autorização para os serviços que indica. Em relação à outorga de concessão é correto afirmar, exceto:

- a) Nas relações estabelecidas entre o concessionário e os consumidores não é aplicável o direito do consumidor, por prever o art. 27 da EC 19/98, a

elaboração por parte do Congresso Nacional de lei de defesa do usuário de serviços públicos, norma especial;

- b) Não há vinculação hierárquica entre o poder concedente e o concessionário, mas há o exercício de competências estatais anômalas, em virtude das quais se reduz a autonomia do concessionário relativamente à prestação de serviço público;
- c) Em referência aos usuários, o concessionário atua como se fosse o próprio Estado, devendo prestar-lhes não somente o serviço adequado, mas também todas as informações necessárias à fruição e à correção dos defeitos;
- d) Excepcionalmente admite-se a interrupção dos serviços públicos, por motivos de ordem técnica ou de segurança, ou em virtude do inadimplemento do usuário, não sendo, no entanto, autorizada, nesta última hipótese, a suspensão de serviços obrigatórios, cuja prestação se faz no interesse público ou é essencial aos direitos fundamentais, *ex vi* do art. 6º, parágrafo 2º, da Lei 8.987-95.

73. Em relação aos agentes estatais é correto afirmar:

- a) Os atos praticados por funcionário de fato são reputados válidos em razão da aparência de legalidade que se revestem e em nome dos princípios da boa-fé do administrado e da segurança jurídica;
- b) Admite-se a prestação de serviço gratuito no âmbito da administração pública, assim como a realização de trabalhos voluntários, independentemente de autorização legal;
- c) As regras e princípios pertinentes aos servidores públicos civis não são aplicáveis aos militares, os quais possuem regime jurídico próprio;
- d) À ocupante de cargo em comissão é assegurada a estabilidade em virtude de gravidez.

74. A Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamenta o procedimento administrativo disciplinar, sendo correto asseverar:

- a) O procedimento administrativo disciplinar deve ser sempre precedido de sindicância, com o objetivo de definir os fatos objeto do processo e os indícios de autoria;
- b) A comissão competente para instauração do processo administrativo disciplinar deverá ser composta por três servidores estáveis, devendo ser presidida por servidor que possua nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado;
- c) A autoridade julgadora encontra-se vinculada ao relatório conclusivo produzido pela comissão processante, não podendo agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade;
- d) O julgamento fora do prazo legal implica na nulidade do processo administrativo disciplinar.

75. O processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é disciplinado pela Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sendo incorreto afirmar:

- a) A edição de atos normativos e a decisão de recursos administrativos não podem ser objeto de delegação;
- b) Em caso de risco iminente a administração poderá adotar motivadamente providências acauteladoras, desde que previamente ouvido o interessado;
- c) A autoridade administrativa poderá indeferir a produção de prova requerida pelo interessado por entendê-la desnecessária ao esclarecimento dos fatos, ainda que referida prova seja lícita e pertinente;

- d) A boa-fé objetiva deve nortear a conduta do administrado perante a administração, impondo-se seu proceder com lealdade e probidade.

76. Assinale a alternativa correta:

- a) Nos contratos administrativos personalíssimos a cessão e a subcontratação são admitidas excepcionalmente e somente nos casos expressamente previstos em lei;
- b) Aos contratos administrativos são aplicados supletivamente os princípios próprios da teoria geral dos contratos, excluindo-se, porém os princípios da função social do contrato e da autonomia privada;
- c) No contrato de seguro celebrado pela administração o objeto segurado ou os riscos incidentes não podem ser ampliados unilateralmente pela administração, mas esta pode exercer a prerrogativa de extinguir unilateralmente o contrato;
- d) Os princípios da probidade e da boa-fé objetiva, previstos no art. 422 do Código Civil, não são aplicáveis aos contratos administrativos.

77. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo é intangível, razão pela qual nos contratos de execução continuada ou diferida são inseridas cláusulas que visam sua manutenção, sendo, incorreto asseverar:

- a) A cláusula de revisão ou recomposição de preços impõe a verificação dos custos originariamente previstos pelo contratado para formulação de sua proposta, e dos custos que efetivamente oneraram o particular ao longo da execução do contrato;
- b) A cláusula de reajuste de preço dispensa a realização de levantamentos para fins de determinação da variação dos custos previstos e efetivamente verificados ao longo da execução do contrato;
- c) A cláusula de reajuste ou de repactuação prevê a aplicação de índice, escolhido unilateralmente pela administração, de modo a refletir a variação de preços e a inflação do período;
- d) A cláusula de repactuação é obrigatoriamente adotada nos contratos de serviços contínuos com prazo superior a doze meses, aproximando-se da revisão de preços quanto ao seu conteúdo.

78. A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê mecanismos de fiscalização popular, sendo, no entanto, incorreto afirmar que:

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante no quadro geral de preços em razão de incompatibilidade com o preço vigente no mercado, bem como para impugnar o edital de licitação;
- b) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada;
- c) É obrigatória a realização de audiência pública, como fase inicial do processo de licitação, sempre que o valor estimado para uma licitação ou conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea "c" da Lei 8.666/93, assegurando-se aos interessados o acesso a todas as informações pertinentes e o direito à manifestação;
- d) É obrigatória a realização de audiência pública, nos casos de dispensa de licitação em que as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, hipóteses que legitimam a adjudicação direta de bens ou serviços pelo administrador.

79. Relativamente ao poder regulamentar da administração, assinale a alternativa incorreta:

- a) O regulamento consiste na autodisciplina da administração pública, para obter o procedimento regular, harmônico e coerente dos seus órgãos e agentes na execução dos encargos que lhe são cometidos por lei, sendo desta dependente.
- b) É cabível o regulamento apenas em matéria que será objeto de ação administrativa ou desta dependente.
- c) Entre as finalidades do regulamento insere-se a disciplina da discricção administrativa, ou seja, de regular a liberdade relativa de agir da administração.
- d) O regulamento vincula a administração, mas não exonera o administrado de responsabilidade perante o Poder Público por comportamentos realizados em conformidade com ele.

80. Assinale a alternativa correta:

- a) Nas sociedades de economia mista não é assegurada a participação dos acionistas minoritários na constituição e funcionamento dos conselhos de administração e fiscal;
- b) Para a cessão ou transferência total ou parcial de autorização ou concessão de exploração de recursos minerais exige-se a prévia anuência do poder concedente;
- c) As empresas públicas exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens podem ter regime jurídico tributário distinto das empresas privadas;
- d) As sociedades de economia mista não se sujeitam à responsabilidade pela prática de atos contra a economia popular.

81. Assinale a opção correta:

- a) Na ação de desapropriação aplicam-se os juros compensatórios de 12% ao ano, a partir da imissão na posse, cumulados com os juros moratórios, mesmo após a edição da Medida Provisória 2.183/2001, que introduziu os arts. 15 – A e 15 – B no Decreto-Lei 3.365/41;
- b) A jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que caberá sempre a retrocessão quando for dada destinação diversa ao imóvel expropriado;
- c) A justa indenização tal qual estabelecida na Constituição Federal de 1988 será sempre paga em dinheiro, mediante o preenchimento pelo expropriado dos requisitos estabelecidos no art. 34 do Decreto Lei 3.365/41;
- d) Tanto o tombamento, como a ocupação temporária, restringem o direito de propriedade e por esta razão geram o direito à indenização.

82. Assinale a afirmação correta:

- a) Ao tratar da responsabilidade objetiva do estado o legislador constitucional no art. 37, § 6º, estabeleceu a obrigação de indenizar e o direito de regresso contra o causador do dano, razão pela qual este último deve ser sempre chamado a integrar o feito nos termos do art. 70, III, do Código de Processo Civil;
- b) Para o ajuizamento da ação civil pública por improbidade administrativa é imprescindível a prévia instauração de inquérito civil.

- c) A ação popular, por sua própria natureza, bem como em razão da legitimidade ativa exclusiva prevista em lei, independe para a sua propositura da descrição completa dos atos apontados como irregulares, cuja anulação se pleiteia;
- d) Caberá ação popular para anular atos praticados por ente privado, desde que possam de alguma forma causar prejuízo aos cofres públicos.

83. Aponte a assertiva incorreta:

- a) A lesão ao patrimônio público não caracteriza necessariamente ato de improbidade na medida em que a conduta culposa não se enquadra no conceito de improbidade;
- b) A permissão de serviço público por estar sujeita à licitação tem natureza de contrato administrativo;
- c) As comunidades indígenas têm legitimidade para ingressar em juízo na defesa de interesses que lhes são peculiares, independentemente da interferência do Ministério Público;
- d) Tanto a ação popular como a ação civil pública destinam-se à proteção do meio ambiente.

84. Tratando-se de processo administrativo disciplinar é incorreto afirmar que:

- a) O abuso de autoridade não se restringe à mera falta de competência do servidor público para a prática do ato, mas se configura quando não for observado o princípio da proporcionalidade;
- b) Considerando que não há discricionariedade no ato administrativo que impõe sanção disciplinar, a revisão do Poder Judiciário se limita aos aspectos formais;
- c) A revisão da punição administrativa não está sujeita à prescrição, podendo ser revista a qualquer tempo, desde que comprovado eventual erro no processamento do feito ou fato novo suscetível de reexame;
- d) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que cabe a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar.

85. Assinale a assertiva correta:

- a) A limitação administrativa à propriedade privada é a clássica manifestação do exercício do poder de polícia e sempre sujeita à administração ao pagamento de indenização;
- b) A servidão administrativa, por caracterizar o dever de suportar do administrado, gera o direito à indenização;
- c) A licença e a autorização não estão sujeitas à indenização;
- d) A pessoa jurídica poderá figurar no pólo passivo na ação de improbidade e como consequência a empresa sucessora responde pelos danos causados ao erário público.

86. Dentre as proposições que se seguem, assinale a incorreta:

- a) São instrumentos econômicos baseados no princípio usuário-pagador o pagamento dos chamados "royalties" pela exploração do potencial hidrelétrico, petróleo, gás natural e demais recursos minerais; a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a compensação financeira devida pelo empreendedor ao licenciar empreendimento de significativo impacto ambiental (STF, ADI 3378);
- b) Os "royalties" constituem participações ou compensações financeiras devidas pelos concessionários, permissionários ou autorizados e consistem em receita

originária patrimonial para os órgãos da Administração direta federal e em receita transferida a Estados, Distrito Federal e Municípios beneficiários;

- c) A cobrança da água é devida pelo uso de recursos hídricos sujeitos ou não à outorga, é um preço público fixado a partir de gestão entre usuários e Comitê da Bacia Hidrográfica, com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas (ANA), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e os recursos arrecadados devem ser aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica onde foram gerados e destinados ao financiamento dos programas e das intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos;
- d) A compensação financeira instituída pela Lei 9.985/2000 (SNUC) é destinada a apoiar a implantação e a manutenção de unidades de conservação de Proteção Integral, é devida em percentual variável de acordo com o grau de impacto do empreendimento avaliado pelo EIA/RIMA, e seu valor é atualmente limitado a 0,5% do valor total do empreendimento.

87. Sobre o poder de polícia ambiental é correto afirmar que:

- a) O pagamento de multa por infração ambiental imposta pela fiscalização estadual, distrital ou municipal substitui a multa federal, em decorrência do mesmo fato, tendo por fundamento o princípio *non bis in idem* e a afirmação da competência supletiva federal;
- b) A capacidade econômica do infrator conjuntamente com a reincidência específica possibilitam a aplicação da multa em triplo ou em dobro, segundo critério da autoridade administrativa;
- c) O licenciamento ambiental de projetos de empreendimentos com impactos ambientais de âmbitos nacional e regional é da competência originária do IBAMA e, na disciplina da Resolução 237/97, a localização, o desenvolvimento ou o tipo da atividade não têm relevância para a definição da competência licenciatória federal;
- d) Apenas o IBAMA tem a competência supletiva para o licenciamento ambiental, competência essa que não implica supervisão nem revisão do licenciamento ambiental de outro nível federativo, salvo se eivado de vício ou em caso de inércia do órgão competente originariamente.

88. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica na Constituição Federal exige o tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços. Assinale a alternativa falsa:

- a) O EIA/RIMA, estudo técnico multi-interdisciplinar custeado pelo empreendedor e elaborado de acordo com os princípios, diretrizes e conteúdo mínimo previstos no ordenamento jurídico pátrio, tem o importante papel de limitar a discricionariedade dos órgãos licenciadores e de seus agentes;
- b) A área de preservação permanente não permite qualquer intervenção, salvo a supressão de vegetação autorizada administrativamente para atividades de baixo impacto, consideradas de utilidade pública e/ou de interesse social;
- c) Os impactos cumulativos e sinérgicos de diversos projetos e atividades devem ser avaliados em conjunto na fase de Inventário, como na Avaliação Ambiental Integrada por bacias hidrográficas realizada pelo setor energético;
- d) A dispensa indevida do EIA/RIMA e a indevida concessão das licenças ambientais ensejam apuração de crime contra a administração ambiental e de prática de atos de improbidade ambiental.

89. Assinale a proposição incorreta:

- a) O princípio protetor-recebedor fundamenta a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) concedida às áreas de preservação permanente, de reserva legal e as declaradas de interesse ecológico pelo órgão ambiental competente, incluídas nestas últimas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs);
- b) O princípio da precaução amplia a responsabilidade ambiental ao exigir a adoção de medidas protetivas eficazes mesmo diante da dúvida (*in dubio pro ambiente*) e da falta de certeza científica quanto aos riscos (riscos incertos);
- c) Este princípio está contemplado na Declaração do Rio, nas Convenções do Clima e da Diversidade Biológica e uma de suas manifestações no direito brasileiro é a exigência constitucional do controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comporte risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- d) No Brasil há consenso que a liberação da comercialização dos organismos geneticamente modificados (OGMs) e a ampla competência atribuída à CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) pela Lei de Biossegurança para deliberar sobre o EIA/RIMA e o licenciamento ambiental nessa matéria atendem adequadamente à exigência constitucional de controle ambiental prévio decorrente do princípio da precaução.

90. Sobre o dano ambiental e sua reparação é correto dizer que:

- a) A reparação integral do dano ambiental deve abranger a reparação *in natura* e a reparação pecuniária, e alcançar os danos materiais e morais causados ao meio ambiente e a terceiros lesados, com base na responsabilidade civil objetiva e solidária;
- b) O Código Florestal permite a regularização da reserva legal mediante a recomposição somente com espécies nativas, segundo cronograma proposto; a condução do processo de regeneração natural; a compensação em outra área equivalente em extensão e importância ecológica e/ou a doação de área localizada em unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária;
- c) A regularização do passivo ambiental na forma prevista pelo Código Florestal afasta o cabimento de indenização pela privação dos serviços ambientais até o pleno restabelecimento das funções ecológicas da reserva legal a ser restaurada, regenerada ou compensada em outra área;
- d) O critério de maior proximidade possível para implementação da compensação da reserva legal em outra área é o da localização na mesma microbacia, e, não sendo possível, na mesma bacia hidrográfica, podendo ser no mesmo ou em outro Estado;

91. Sobre a atuação do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Administração Ambiental visando maior efetividade da proteção ambiental é incorreto afirmar que:

- a) O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tomado pelo Ministério Público e órgãos públicos legitimados possibilita o estabelecimento, de comum acordo, de obrigações para a prevenção e/ou a reparação integral do dano ambiental, das respectivas cominações, dos prazos e demais condições de cumprimento, consistindo em título executivo extrajudicial ou judicial, se homologado em juízo;
- b) A celebração do TAC restringe-se ao estabelecimento de obrigações na esfera da responsabilidade civil ambiental e não pode constituir óbice à imposição,

cumulativamente, de sanções administrativas e penais, se for o caso, em razão da independência das esferas de responsabilidade, conforme expressa disposição constitucional;

- c) O Termo de Compromisso (TC) firmado com o órgão ambiental competente, fixando medidas de correção e adequação para atendimento das exigências impostas, reduz significativamente o valor da multa simples aplicada, e a assinatura do instrumento não implica a automática renúncia ao direito de recorrer administrativamente, ou de pleitear nova conversão de multa pelo período de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura;
- d) A composição prévia do dano ambiental para fins de transação penal, a suspensão condicional do processo durante o cumprimento das obrigações assumidas e a extinção da punibilidade com a constatação da reparação integral do dano ambiental são especificidades do procedimento dos juizados especiais para os crimes ambientais de menor potencial ofensivo.

92. Segundo Frederich Carl von Savigny há um direito próprio ao homem, o qual se determina pelo lugar de seu domicílio. A Lei de Introdução ao Código Civil (Dec-Lei 4.657/42) adota este critério para determinar, entre outras, as regras sobre:

- a) A capacidade da pessoa, inclusive a capacidade para suceder, as questões relativas à sucessão por morte, qualquer que seja a natureza e situação dos bens, as questões relativas aos bens móveis, as questões relativas à união estável;
- b) A capacidade da pessoa, excepcionando-se a capacidade para sucessão, as questões relativas à invalidez matrimonial, as questões referentes aos regimes de bens, as questões relativas à atuação das pessoas jurídicas, e ao cumprimento das obrigações;
- c) O começo e o fim da personalidade, ao nome e a capacidade da pessoa, excepcionando-se a capacidade para suceder, a formação da relação contratual e seu cumprimento e as questões relativas à sucessão por ausência, qualquer que seja a natureza e situação dos bens;
- d) O começo e o fim da personalidade, ao nome e a capacidade da pessoa, o penhor, as questões relativas aos impedimentos matrimoniais e às causas de suspensão do matrimônio e as questões relativas à sucessão, quando os herdeiros ou beneficiários forem brasileiros.

93. Para solução do conflito de leis no espaço é de fundamental importância a qualificação da relação de direito, isto é, se a questão é de capacidade ou de forma. Assim, considerando as regras da Lei de Introdução ao Código Civil (Dec-Lei 4.657/42) pergunta-se:

- a) A capacidade negocial do contratante há de ser aferida em função da sua lei pessoal, enquanto a validade do negócio jurídico deve ser constatada de acordo com as regras do local de sua celebração e de sua execução;
- b) Tratando-se de gestão de negócios a capacidade das partes deve ser regida pela lei do domicílio, e possuindo as partes domicílios diversos, os efeitos da gestão serão regidos pela lei que estas eventualmente estipularem, por força da incidência do princípio da autonomia da vontade, admitido pela Lei de Introdução ao Código Civil;
- c) A capacidade nupcial há de ser aferida segundo as regras de domicílio dos nubentes, ainda que estes sejam diversos, caso em que o primeiro domicílio conjugal determinará as regras incidentes sobre as hipóteses de invalidez do matrimônio e o regime de bens, e as leis nacionais disciplinarão as

formalidades de realização do matrimônio, caso celebrado no Brasil, por força do princípio *lex loci celebrationes*;

- d) A capacidade para adquirir a propriedade pela usucapião, bem como os pressupostos objetivos necessários à ocorrência da prescrição aquisitiva, serão aferidos em função da lei do local em que se encontrarem os bens, sejam móveis ou imóveis, em virtude do princípio *lex rei sitae*.

94. Em relação ao ônus e à produção da prova no âmbito do direito internacional privado é correto afirmar, exceto:

- a) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não se admitindo, porém, a produção de provas que a lei brasileira desconheça;
- b) Não se pode impor às partes o ônus de produzir a prova do teor e vigência da lei estrangeira, salvo quando por ela invocado;
- c) Não sendo a incidência do direito estrangeiro alegada pela parte, o Juiz não está autorizado a exigir a colaboração da parte, com fulcro no art. 337 do Código de Processo Civil;
- d) Entendendo o Juiz ser o caso de aplicação do direito estrangeiro, deverá intimar a parte a quem este beneficia a comprovar seu teor e vigência, sob pena de extinção do feito sem apreciação do mérito.

95. O artigo 1º, inciso I, da Constituição Federal elenca entre os fundamentos da República Federativa do Brasil a soberania. Por seu turno o art. 4º, incisos I e V, da CF, prevê que nas suas relações internacionais a República Federativa do Brasil, reger-se-á, entre outros, pelos princípios da independência nacional e da igualdade entre os Estados, sendo, portanto, correto afirmar que:

- a) A norma estrangeira não pode ser aplicada no Brasil, sob pena de infringência à soberania nacional;
- b) A lei estrangeira, aplicada por força de dispositivo de direito internacional privado brasileiro, se equipara à legislação federal brasileira, para efeito de admissibilidade de recurso especial, quando contrariada ou lhe for negada vigência pelo Juiz nacional;
- c) Tratando-se de norma legitimamente expedida por Estado igualmente soberano, e aplicável em território nacional por força da autoridade do legislador federal, ela se incorpora à legislação federal, não podendo ter sua eficácia afastada;
- d) A legislação brasileira será eficaz fora dos limites do território nacional, por força do princípio da extraterritorialidade, quando a relação jurídica tiver por objeto interesses de cidadão brasileiro.

96. Segundo preconiza o art. 109, inciso IX, da CF, aos juízes federais compete processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da justiça militar. A Convenção relativa a infrações e a certos outros atos praticados a bordo de aeronave, concluída em Tóquio em 1963, e ratificada pelo Brasil em 1969, tendo entrado em vigor no território nacional em 14.04.1970, promulgada pelo Decreto 66.520, de 30.04.1970, é aplicada às infrações às leis penais, sendo incorreto afirmar que:

- a) O Estado de matrícula da aeronave será competente para exercer a jurisdição sobre infrações e atos praticados a bordo;
- b) As infrações cometidas a bordo de aeronaves matriculadas num Estado contratante serão consideradas, para fins de extradição, cometidas, não só

num lugar onde houverem ocorrido, mas também no Estado de matrícula da aeronave;

- c) O Estado contratante, que não for o da matrícula, não poderá interferir no vôo de uma aeronave a fim de exercer a sua jurisdição penal em relação a uma infração cometida a bordo, a menos que a infração tenha sido cometida por ou contra um nacional desse Estado ou pessoa que tenha aí sua residência;
- d) O Estado contratante obriga-se a conceder a extradição da pessoa que praticou a infração penal ao Estado de matrícula da aeronave.

97. O art. 4º. da Lei de Introdução ao Código Civil (Dec-Lei 4.657/42) prevê que, quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão judiciário das Nações Unidas, sendo correto afirmar que

- a) No exercício de sua competência a Corte Internacional de Justiça não poderá decidir um caso com base nos costumes internacionais ou na equidade, exceto se as partes concordarem previamente;
- b) A Corte tem a faculdade de decidir uma questão por equidade (*ex aequo et bono*), se as partes com isto concordarem;
- c) Ao julgar um caso a Corte poderá decidir com base nos princípios gerais de direito, ainda que estes não sejam aceitos pelo Estado *in foro domestico*;
- d) A Corte não é obrigada a pronunciar-se podendo eximir-se de julgar e declarar a inexistência de norma específica (*non liquet*).

98. A Declaração Universal dos Direitos Humanos fundada no reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana reconhece como direito inalienável do Homem, exceto:

- a) O direito à instrução, sendo a instrução elementar obrigatória;
- b) O direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis;
- c) O direito à proteção à minoria étnica e religiosa, assim entendida como os imigrantes residentes em determinado Estado;
- d) O direito de participar livremente da vida cultural da comunidade.

99. Em relação aos recursos naturais dos Estados é correto afirmar:

- a) O Estado ao assumir controle unilateral de recurso natural comum a outro Estado não viola preceitos de direito internacional;
- b) A biosfera amazônica por alcançar além do Brasil outros Estados da América do Sul, como o Peru e a Colômbia, não pode ser considerada como recurso natural nacional, devendo ser compartilhada por todos os países;
- c) Os recursos petrolíferos existentes na plataforma continental além de duzentas milhas marítimas da linha de base podem ser explorados exclusivamente pelo Estado costeiro;
- d) Segundo o Direito Internacional os recursos naturais são próprios de cada Estado, compartilhados entre dois ou mais países ou pertencentes à comunidade internacional.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) Proposta ação por brasileiro em face de Estado Estrangeiro visando a receber indenização por danos morais e materiais, decorrentes da proibição de entrada

- no país, apesar da anterior concessão de visto de turismo, deve o magistrado extinguir o processo, por inépcia da inicial;
- b) Proposta ação por brasileiro em face de Estado Estrangeiro visando a receber indenização por danos morais e materiais, decorrentes da proibição de entrada no país, apesar da anterior concessão de visto de turismo, deve o magistrado determinar a citação do Estado Estrangeiro, já que a imunidade de jurisdição não representa regra que automaticamente deva ser aplicada aos processos judiciais movidos contra Estado Estrangeiro, e pode, ou não, ser exercida por esse Estado;
 - c) A questão relativa à imunidade de jurisdição, atualmente, é vista de forma absoluta, mesmo nas hipóteses em que o objeto litigioso tenha como fundamento relação jurídica de natureza meramente civil, comercial ou trabalhista;
 - d) Proposta ação por brasileiro em face de Estado Estrangeiro visando a receber indenização por danos morais e materiais, decorrentes da proibição de entrada no país, apesar da anterior concessão de visto de turismo, deve o magistrado extinguir o processo, por se tratar de hipótese de imunidade absoluta de Jurisdição, não sendo possível sua relativização, por vontade soberana do Estado alienígena.

Boa sorte e boa prova!